



Entrevista

Constituinte e revolução

Entrevista com Florestan Fernandes*

J. Chasin (JC): *Há quase dez anos estivemos aqui mesmo, nesta sala, entrevistando o intelectual. Ora, neste intervalo muitas coisas aconteceram, reordenaram sua prática e, por certo, algo de sua vida. Mas gostaria de dizer ao cidadão Florestan que, hoje, quando conversaremos sobre sua existência de deputado, quero continuar entrevistando o intelectual. Isso tem uma boa dose de malícia, porque está subentendendo a independência em relação a tudo, a reconhecida independência que sempre caracterizou o intelectual Florestan Fernandes. Eu quero que ele olhe para o deputado, que é hoje, e fale com a mesma tranquilidade.*

Florestan Fernandes (FF): Posso falar com a mesma tranquilidade, porque me mantive um intelectual. Tanto é verdade que, apesar de um certo entusiasmo inicial pela atividade parlamentar, dentro da Assembleia Nacional Constituinte e mais tarde na Câmara, acabei me desinteressando. Durante o ano passado usei o "pinga-fogo", o "grande expediente" e o "debate de temas constitucionais" que resultou numa pequena publicação de discursos. Em seguida, somente quando foi necessário ao partido fui rotineiramente à tribuna. Preferi ser o intelectual, visto que seria inútil transformar-me num político profissional. Este, no Brasil, tem um perfil tão complexo, e ao mesmo tempo tão pouco atraente, que o esforço não valeria a pena. Conheci gente boa, gente ruim, gente de esquerda, de direita, com a qual se pode conversar, mas nem por isso a tentação de pertencer ao parlamento chegou a se cristalizar, tanto que não saberia o que fazer, caso o PT me pedisse para voltar a ser candidato, coisa que não é muito

* Entrevista concedida a J. Chasin, Ricardo Antunes, Antônio Rago Filho, Paulo Douglas Barsotti e Maria Dolores Prades em fevereiro de 1989. [Publicada originalmente na *Revista Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 17/8, pp. 123-58, 1989. Revisada por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.]

certa. Acho que, para alguém que é socialista, não é por dentro do parlamento que se dá a possibilidade de fazer alguma coisa, a não ser lutar por certas condições, certos pré-requisitos da atividade política dos de *baixo*, daqueles que são excluídos da sociedade civil em termos materiais, culturais e políticos. Na verdade, não se tratou de uma vitória do intelectual. A carga política de nosso parlamento é de tal natureza que bloqueia a assimilação daqueles que têm outras aspirações, outras esperanças. No entanto, ainda que mantenha aquela ideia fundamental de que uma revolução democrática é essencial para a mobilização política dos trabalhadores tanto na cidade quanto no campo, não acredito que isso seja algo que passe por uma instituição, mas muito pela própria atividade organizada dos trabalhadores. Aliás, cheguei a me pronunciar sobre esta questão, ainda que fosse impossível fazer um discurso socialista, pois a instituição está tão envolvida na defesa da ordem que ela não assimila uma palavra socialista. Os discursos dos deputados mais radicais do PT, do PC do B, do PCB, do PSB acabam se conformando a essa magra perspectiva da politização "democrática" da nossa burguesia.

É um parlamento controlado pelas classes dominantes, instrumento do executivo, cuja hegemonia é exercida de forma direta. Ela é tão forte que explica o porquê de os partidos não conseguirem crescer, terem vitalidade própria, dinamismo. A nossa burguesia não precisa de partidos no rateio do poder, ela o faz sem eles, que são apenas instrumentos para estabelecer ajustamentos superficiais. Daí o fato de os políticos pularem de partido como macaco pula de galho. O partido não possui substância. Apesar de possuir conteúdo político-ideológico, não tem condições materiais para efetivá-lo. Isso não é uma descoberta minha recente; melancolicamente, é algo que todos já sabíamos, embora não a traduzíssemos de uma forma tão contundente como agora, através de uma linguagem concreta, de uma linguagem que é fruto de uma experiência.

Maria Dolores Prades (MDP): *Fale dessa experiência...*

FF: Bem, há grande habilidade nos políticos que lidam com o parlamento como técnica de estado a serviço da monopolização do poder. Como o aparato do estado é um aparelho de monopolização, não de democratização, os líderes partidários não entendem as reivindicações dos partidos reais de minorias radicais, revolucionárias, e quando entendem fingem que não o fazem, porque isso não é algo que lhes convém entender e discutir.

Antônio Rago Filho (ARF): *Por que não se trata de combinar interesses, mas de impô-los?*

FF: Na verdade, trata-se de excluir. Foi graças ao meu prestígio como intelectual que acabei enfrentando uma situação inicialmente estranha: os parlamentares, de modo geral, não gostam que se leve para fora o que acontece lá dentro. É como se um companheiro rompesse as regras do jogo. Atualmente, já se habituaram e até ficam contentes de ter um intelectual como ornamento da casa. Existem senadores e deputados que não são de esquerda, mas que leem os meus artigos e, curiosamente, são os que mais discutem comigo, são os mais solidários, talvez por contingência, porque a esquerda não é solidária.

Paulo Douglas Barsotti (PDB): A esquerda, além dessa postura, não se preocupa muito com sua preparação intelectual.

FF: Veja, eu respeito os companheiros de esquerda. É duro ser de esquerda lá dentro, mesmo que seja uma esquerda física.

PDB: Nominal?

FF: Mas tem uma esquerda combatente, que inclusive travou e trava sérias batalhas. Quando acontecia alguma coisa, os senadores e deputados do centro e de direita vinham conversar, gostavam que eu estivesse ali. Todos me conheciam, me cumprimentavam, e eu ficava meio perplexo com o fato de ignorar as dimensões reais daquele mundo. Fiz amizade duradoura com alguns, inclusive com o Bisol.

No Congresso ou na Constituinte, o Bisol, que é senador pelo Rio Grande do Sul, tornou-se um companheiro inseparável, tanto que se sentava na bancada do PT, tendo lugar cativo ao meu lado. É um excelente intelectual, radical em termos de posição, mas não em termos de atividade. Este é o quadro: o *intelectual que existia dentro de mim está intacto e o político "profissional" feneceu antes de nascer*.

JC: Isso não me surpreende.

FF: Aliás, não seria mau se tivesse me tornado um político profissional, porque acredito que seria um político profissional de um outro tipo. Não do mesmo calibre que os da burguesia. Dominando as técnicas parlamentares necessárias para combater, mas mantendo uma integridade de esquerda, fazendo o discurso necessário tendo em vista mudanças das quais o Congresso não será o instrumento.

JC: Bem, de algum modo o intelectual no parlamento está mais ou menos caracterizado, assim como uma flor exótica, enquanto personalidade que ganha o respeito, a atenção e até mesmo o "carinho de convivência" inclusive da direita. O que o intelectual no parlamento consegue, para além dessa acolhida?

FF: Não consegue nada. É claro que teria vantagem ao correr uma lista, se o fizer, as pessoas assinam, pois a maioria diz: "aquilo que vem de você assino sem ler". Conseguir um diálogo e, às vezes, até mesmo arredondar um artigo da Constituição, como aconteceu numa discussão com alguns deputados e senadores do PFL. Mas isso é apenas um dos aspectos, não o fundamental. Para alguém que é socialista, isto é uma pobreza, talvez a pobreza da própria esquerda, pois ela é pouco numerosa para alterar os dinamismos do parlamento. Na medida em que as classes trabalhadoras, de um lado, contribuem para eleger políticos do centro e, de outro, raramente elegem representantes saídos de suas fileiras, o que faz com que a composição da esquerda seja débil demais.

Ricardo Antunes (RA): Sem dúvida alguma.

FF: Quando ocorria uma votação de caráter ideológico extremo, juntavam-se uns 40, 50, 60 votos. Para conseguir alguma coisa era preciso uma coligação com elementos do centro, ou então acordos interpartidários, e aí já se punha em jogo um fato elementar: ao fazer-se o acordo, o essencial para a esquerda volatizava-se. Neste contexto, o acordo faz parte de uma estratégia de dominação política, que não se rompe facilmente.

Para que o parlamento e todo o estado mudassem de caráter, seria preciso que a própria sociedade civil desse maior peso, maior força às classes trabalhadoras. A alternativa seria extraparlamentar, mas essa, por sua vez, seria esmagada pela "mão armada" da burguesia... Ainda com relação ao intelectual, há um problema muito grave: a visão que eu tinha do estado brasileiro, até certo ponto, era simplista. Acreditava ser possível, através das representações que os partidos de esquerda conquistaram, introduzir no parlamento – como no caso europeu – um clima em que o socialismo tivesse algum significado e que as reivindicações populares ressoassem com maior vigor. Por isso, na minha campanha prometi, um pouco precipitadamente, levar, como intelectual, as minhas profissões de fé socialistas, marxistas para o parlamento. Mas foi uma promessa inteiramente equivocada. Não conhecia bem a realidade do parlamento, da representação política em nosso país e pensava que naquela onda de transformações, que estávamos vivendo, seria possível conter a pressão que vinha no sentido da manutenção de uma forma de estado que é a ditadura com um novo revestimento. Pensava que conseguiríamos difundir lá dentro mensagens mais claras, mais profundas dos anseios não só proletários, mas populares...

"O processo de transformação se desencadeia a partir da classe e não do estado."

ARF: *Mas este espaço é inexistente.*

FF: Estava equivocado. Esta não é uma promessa que possa ser feita depois de vivida a experiência com que me defrontei. Seria demagogia...

JC: É muito importante essa colocação e não me surpreende, porque estava particularmente convencido de que, no contexto do nosso momento histórico, o parlamento, em realidade, não absorveria nada mais incisivo. Estou contente com esse seu depoimento, por essa verdadeira autocritica em relação à campanha. Todavia, parece-me que foi a campanha que lhe deu as maiores satisfações de ordem política, até o momento, possibilitando um diálogo de profundidade que no parlamento foi impossível.

FF: Sim, na campanha pude, por assim dizer, exercitar os músculos e ganhar impulso. Num certo sentido, imaginei que poderia servir ao proletariado, mas, infelizmente, o instrumento não era aquele; poderia ser, em outras condições, se as classes trabalhadoras tivessem maior peso e voz ativa na sociedade civil. Como dizem os dois mestres, Marx e Engels, a chave está na sociedade civil. Estado e sociedade civil são interdependentes, mas o processo de transformação se desencadeia a partir da classe e não do estado. O parlamento pode atingir o modo de ser do estado, possibilitando a criação de um novo padrão de vida, de certas reformas vitais para o trabalhador, permitindo que ele possa viver de maneira mais decente. Mas para ir além é preciso que a própria classe trabalhadora tenha meios de transformar sua relação com a burguesia. Nós vivemos numa sociedade na qual as classes trabalhadoras não acertaram as contas com a burguesia, a não ser num plano muito restrito, das reivindicações salariais do movimento sindical. A pressão da classe trabalhadora, hoje, atingiu um nível tal que permitiria uma maior repercussão no parlamento. Porém, sua organização de classe e os partidos que podem representá-la continuam muito débeis. Quer dizer, o PT, o PC do B, o PCB, o PSB não foram além de promessas, algumas claramente de radicalismo burguês, outras definidamente socialistas, social-democratas ou marxistas, mas, de fato, o problema da reforma e da revolução ainda não foi colocado de jeito contundente, como seria desejável. O uso de certas instituições continua decididamente nas mãos dos esquemas que monopolizam esse instrumento de poder, como parte do aparato de dominação de classe. É um caso curioso, porque se ouve um sociólogo do valor de Fernando Henrique dizer que o estado não é mais um comitê para gerir os negócios comuns da burguesia...

PDB: Parece-me que o próprio Chico de Oliveira também andou defendendo

teses nessa mesma direção, na revista Teoria e Debate.

FF: Na verdade, o estado moderno já ultrapassou essa condição. Todavia, não se pode pensar num comitê mais eficiente! Ainda que a esquerda esteja presente e obtenha algumas conquistas visíveis na Constituição, estas conquistas perdem o caráter proletário-socialista e nem sequer ganham o sentido de reformas estruturais burguesas propriamente ditas, pois resultam sempre do acordo, da conciliação; se a burguesia cede alguma coisa, ela também neutraliza riscos candentes e obtém ganhos compensadores. Estamos também no solo histórico brasileiro...

JC: Sim, são dimensões que, no conjunto, têm dissolvidos seus significados implícitos.

FF: É. Certa vez aconteceu uma coisa curiosa, um político do PMDB disse-me: "Florestan, você não pode imaginar o que a presença do PT representou aqui. Ele nos obrigou a mudar completamente o nosso estilo de atuação." O PT contribui para avançar, criou maior seriedade, maior percepção da necessidade de uma ação organizada, exigente, com caráter permanente!

ARF: Deu um pouco mais de trabalho...

FF: Sim, mas nem por isso temos uma Constituição tão distinta, seja da Constituição mistificadora da ditadura, a de 67/69, seja da de 46. É nitidamente uma Constituição melhor, com uma ampliação da temática, uma redefinição das liberdades fundamentais, dos direitos sociais, mas tudo isso ainda é um avanço no terreno abstrato. Veja que os trabalhadores, os aposentados, precisam recorrer à justiça para descobrir se certas disposições constitucionais são aplicáveis ou não e para conseguir impô-las, nem sempre com êxito!

PDB: Isso sem falar da necessidade de regulamentação.

FF: São contestadas, são proteladas...

PDB: Regulamentações que desmentem claramente artigos que, em princípio, estão consagrados.

FF: Sim. Um exemplo muito importante é o das medidas provisórias. Elas servem para mostrar, de um lado, o quanto o executivo está interessado em desmoralizar o parlamento, em impedir que este exerça suas prerrogativas. O executivo não quer ceder nem um mínimo de sua parcela de poder, eis o ponto. O judiciário, por sua vez, procura manter-se fora desse embate. O poder central tem uma grande

capacidade de pressão sobre o judiciário. Por outro lado, este possui uma identidade de classe muito firme. Os *lobbies* mais fortes dentro do parlamento lutavam por privilégios. Entre eles estava o do judiciário. Tanto que a parte referente à organização do estado na Constituição continua arcaica. É uma carta de privilégios. Não mudou nada. A introdução das medidas provisórias – artifício que permitiria ao poder executivo enfrentar um problema emergencial de gravidade – acabou servindo para que o executivo agisse de forma arbitrária e, ao mesmo tempo, ostensivamente negativa em relação ao Congresso Nacional. Na verdade, *confundiram deliberadamente medida provisória com decreto-lei*, inundando o Congresso Nacional com tais medidas. O executivo tem ao alcance das mãos um meio para paralisar o Congresso Nacional, pois ficamos girando em torno da discussão de tais medidas. Isso foi produto de uma imitação da Espanha e da Itália. Mas nós não estamos nem na Espanha nem na Itália, não temos um regime parlamentarista. Além disso, nosso presidente é cada vez mais irresponsável perante os demais poderes e a nação. Consequentemente, a medida provisória acabou se tornando um instrumento do arbítrio do poder presidencial, do poder imperial, da república autocrática. Esse é um bom exemplo: os poderes que deveriam ser independentes, autônomos, reciprocamente fiscalizados, acabam não o sendo, na medida em que só existe um poder verdadeiro e hegemônico, o executivo. Os políticos, por sua vez, não lutam contra isso, já que a grande maioria está muito mais presa ao executivo do que ao parlamento. O nexo oculto da dependência está no clientelismo. Quem dispõe de meios para dar ao político profissional e aos partidos – que são partidos da ordem – recursos para a reeleição e para ganhar eleições é o executivo. Assim, o poder de contestação do parlamento é mínimo. Este não tem como defender suas prerrogativas, nem apoio popular suficiente para ousar um passo à frente. Caso contrário, o executivo fecha as portas do legislativo e... tchau.

"Há uma esquerda parlamentar importante, mas não é uma esquerda do proletariado, mas da burguesia."

JC: Esta consciência da debilidade do parlamento em face de um poder autocrático, tal como descrito em suas palavras, é, nas pequenas bancadas de esquerda e especialmente no PT, algo consciente?

FF: Não sei. Raramente tenho conversado sobre isso com os colegas. O modo pelo qual o governo usou as medidas provisórias criou rapidamente uma consciência generalizada de que as coisas não poderiam continuar daquela maneira. Só os parlamentares mais comprometidos com o governo é que defendiam as medidas

provisórias. Se o governo tentasse aumentar a inundação, teria sido provável que uma maioria dentro da casa saísse vitoriosa contra os demais. Duvido que o governo conseguisse arriscar-se incolumemente, pois em todos os partidos surgiram facções ou núcleos de parlamentares que se revoltaram, que viram o parlamento ameaçado. Tratava-se não apenas de um abuso, mas de um processo de desgaste com vistas, inclusive, a uma justificativa para encerrar o funcionamento do legislativo ou provocar o afastamento de certos partidos. Contudo, mantém a chaleira em ebulação e o Congresso cede...

RA: Lembro-me que um dos pontos que você levantava constantemente, nos seus artigos e durante sua campanha, dizia respeito à formação um leque de forças de esquerda na Constituinte, que era vista como um dos terrenos possíveis de atuação. Passado este processo constituinte, que balanço faz dessa proposta?

FF: Posso dizer que, de fato, houve um arco de centro-esquerda e de esquerda que acabou sendo minoritário, o qual reunia os radicais muito heterogêneos, que pertenciam ao PMDB e que depois se transformaram, em sua maioria, num novo partido, o PSDB. O centro teve um papel muito grande na elaboração dessa Constituição e algumas de suas figuras mais sólidas e decididas deram apoio à esquerda. A vitória da esquerda foi resultado desse enlace entre o centro e esquerda. Na verdade, o PMDB tinha dentro de seus quadros um setor radical e progressista no qual certas pessoas se proclamavam social-democratas e socialistas, no sentido específico. Alguns inclusive gostariam de ir para o PT, mas acabaram desistindo, porque as condições de participação no PT são um pouco caras para a média dos parlamentares. A maior parte ficou dentro do PSDB e pode-se observar, pelas declarações de Mário Covas, que esse setor não quer ser identificado com o socialismo, mas com a social-democracia. Alguns filiaram-se ao PSB ou ao PDT. O que deixa os que são efetivamente socialistas no PSDB constrangidos vem a ser a contradição entre a identidade socialista almejada e a predisposição social-democrática oscilante e moderada do partido como um todo.

RA: Mas será isso surpreendente?

FF: Foi surpreendente pelo menos para os parlamentares que estavam lá dentro e acabaram indo para o PDT, para o PSB. Nenhum deles quis se integrar ao PT. Aliás, sou amigo de um político que me consultou no sentido de entrar para o PT, mas infelizmente não o pôde fazer, porque não tinha condições de dar a contribuição que nós estávamos acostumados a fazer. Dois outros amigos apontaram os problemas que

teriam com suas bases em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De tal sorte que houve dissensões que não eram propriamente de caráter social-democrático ou radical. Por exemplo, no PFL há políticos que pensam o neoliberalismo dentro de um esquema utópico, votaram congruentemente por medidas inovadoras. Alguns se aproximaram de mim e tentaram, durante certo tempo, votar conosco (antes do advento das emendas-ônibus*, que misturavam proposições exclusivas!).

RA: Que núcleo formava esse arco?

FF: O núcleo, propriamente dito, que formava o chamado arco radical, progressista ou de esquerda, estava no PT, PDT, PSB e nos dois PC. Aí se formou uma clara aliança defensiva. Evidentemente, Mário Covas tinha interesse em ver certas medidas aprovadas e o apoio dessa conglomeração de esquerda foi importante para fazer o processo constituinte avançar. Dessa forma, o centro e este setor da esquerda movimentaram-se e deram um conteúdo mais democrático ao processo constituinte. Nos momentos em que se conseguia uma maioria notória [o processo] não dependia somente da esquerda. A explicação é outra: muitas vezes, setores mais nacionalistas da burguesia tinham interesse em defender o país de uma excessiva dominação externa e em proteger o desenvolvimento de uma tecnologia avançada, de ponta, sob controle interno. Os entraves financeiros, os pacotes tecnológicos, os controles externos, restrição ao acesso aos recursos minerais e até os princípios abstratos de defesa das liberdades políticas, dos direitos sociais eram vistos como pontos de interesse nacional mínimo. Assim, a esquerda ganhou certa importância prática e realizou conquistas pontuais. Houve uma articulação produtiva, ainda que sofressemos derrotas em pontos inesperados, no capítulo sobre os direitos sociais, na questão da reforma agrária ou na "exclusividade de verbas públicas para o ensino público". Com frequência ficamos isolados, pois, às vezes, nem os setores radicais do PMDB nos acompanharam no processo de votação. O arco era mais "progressista" e "radical burguês" que propriamente de esquerda. A minha pregação na campanha eleitoral e as ilusões parlamentares reformistas viram-se em confronto direto com as contingências predominantes. Portanto, o arco obtido era precário e só em sentido lato poderia ser considerado uma articulação de esquerda. O que não impediu que em muitos momentos, com o apoio do centro, dos "progressistas" do PMDB e de outros partidos evitássemos muitas derrotas e um desastre fatal. Boa parte da proclamada esquerda não o era em sentido específico. A esquerda da burguesia (ou seu

* Essas emendas coletivas eram negociadas pelas lideranças, em colaboração com os correligionários mais interessados, para apressar a elaboração final do texto da Constituição.

equivalente) somava-se a várias modalidades de radicalismo, de nacionalismo, de social-democratismo e de socialismo proletário propriamente dito.

JC: Isso faz recordar um pouco a Alemanha de 1848.

FF: É. Na América Latina, a Argentina conheceu a experiência de um partido radical desde o início do processo político mais decisivo. No caso brasileiro, ao contrário, devido às peculiaridades da Primeira República oligárquica, não tivemos essa experiência. Poderíamos ter tido uma burguesia radical, através da Aliança Liberal, mas a Revolução de 30 acabou impondo um fechamento progressivo do espaço político, que redundou no Estado Novo. Nós nunca tivemos um radicalismo burguês. Há, sim, uma esquerda parlamentar importante, mas não é uma esquerda do proletariado, mas da burguesia, que se põe como se fosse uma esquerda em geral, "radical-progressista" ou social-democrática. Ora, a esquerda, em sentido restrito, abrange realmente apenas aqueles partidos que são os conhecidos: PT, PSB, PC do B, PCB e PDT. O PDT é heterogêneo, porque abriga pessoas que são social-democratas, socialistas ou apenas defendem a reforma capitalista do capitalismo.

ARF: Também nos outros partidos está presente esta gama de diferentes tendências. Não se poderia falar em homogeneidade em nenhuma das siglas.

FF: Nem mesmo no PT. Pode-se falar em homogeneidade e até em dogmatismo teórico somente no PC do B.

RA: É um dogmatismo de feição stalinista.

JC: Mas tende a haver homogeneidade na "direita" da esquerda, não é?

FF: Sim. Mas é necessário precisar, para não cometer uma injustiça, porque, apesar dos problemas inerentes ao dogmatismo, o PC do B sempre foi coerente com seu programa, com suas posições teóricas. Existe um dogmatismo que nasce de condições que são bem conhecidas. Não obstante, o PC do B defendeu a frente de esquerda antes dos outros, enquanto o PDT, ou de forma mais precisa o Brizola, abre as baterias contra o PT, contra o Lula, e o PCB desloca a articulação para o segundo turno.

JC: Mas há também a recíproca, não? Ouvi algumas coisas realmente impróprias para um contexto como o nosso, que não contribuem em nada para o avanço político concreto.

FF: Antes da campanha houve mesmo um instante onde se deu "um troca de

gentilezas" um tanto grosseiras entre Lula e Brizola, todavia, isso já foi superado.

"Existe uma falsa consciência de que a revolução burguesa está em curso no Brasil."

MDP: Retomemos o fio da meada: afinal, em sua opinião, a burguesia teria condições de apresentar um projeto constitucional para o país?

FF: Houve uma anomalia nesse processo: o PMDB e o PFL, enquanto partidos da ordem e, portanto, do governo, não tinham um projeto constitucional para o país. Eis um ponto muito importante. A burguesia não conta com um projeto constitucional e seus partidos são incapazes de formulá-lo. A divisão dentro da burguesia, tanto no plano ideológico como no político, atingiu proporções tais que ela se viu impossibilitada de apresentar um projeto de constituição para a nação. Dessa forma, o PMDB, enquanto partido majoritário, inventou, com o assessoramento do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Plínio de Arruda Sampaio, esse movimento de ir de baixo para cima: as subcomissões, as comissões, a comissão de sistematização e o plenário. Quando se chegasse ao produto final, o paradigma da Constituição deveria ser o projeto Cabral. Mas nesse momento surge a pressão do governo, dos interesses conservadores da burguesia nacional e, especialmente, da estrangeira, dos militares etc. Um conjunto de pressões que agiu no sentido de impedir que a Constituição tivesse todos os avanços básicos possíveis. Em plena transição para o século XXI, esse projeto foi considerado muito radical, o que é inacreditável! Nem com toda minha experiência de sociólogo, na análise do que chamei de resistência sociopática à mudança, pensei que isso fosse possível. O que fez esse setor? Criou uma formação política dentro da Assembleia Nacional Constituinte – chamada posteriormente de Centrão – que elaborou um projeto de constituição calcado, em parte, no projeto Cabral, em parte, na ordem ilegal vigente, incluindo as duas constituições, de 67 e 69, e também a de 46. O Centrão apresentou, então, o seu projeto de constituição. Houve um golpe dentro do plenário, que foi sustentado pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães que, com base no princípio da soberania da maioria, deferiu o pedido! O que havia por trás era um imenso acordo conservador, igual ou pior do que aquele da conciliação transada, que deu origem à da Nova República. A maioria votou a favor desse projeto, surgido "por baixo da saia da madame" e que se tornou, então, o projeto de referência. O paradigma não era o produto de um longo trabalho, mas o fruto espúrio de uma elaboração paralela, feita contra o que deveria ser o projeto matriz. É uma coisa diabólica, que escapa até aos romances de García Márquez. O paradoxal é que tivemos de votá-lo para podermos introduzir emendas essenciais do projeto original. Todavia,

a situação é única na história comparada das constituições... Nem todos os países têm uma burguesia que não merecem!...

PDB: Trata-se do "realismo fantástico"!

FF: Isso. Inclusive, este é um processo que poucos povos seriam capazes de admitir como possível. O regimento interno obrigava a todos! As tentativas de impugnação eram encaminhadas para uma comissão anteriormente preparada para que não houvesse impugnação nenhuma, uma vez que o presidente, arbitrariamente, decidira que não haveria contestação durante a votação. O paradigma passou a ser, então, um projeto improvisado, elaborado não por uma comissão ampliada nem por uma comissão de notáveis, mas por uma comissão *ad hoc* do Centrão. O que era produto do próprio corpo de constituintes, eleitos para desempenhar as tarefas específicas de construir uma constituição, passou a ser um projeto vencido. O projeto do Centrão foi aprovado, independentemente das emendas, às quais foram agregadas outras, que entraram em processo de votação pela ordem sucessiva dos artigos. Foi a perversão total do processo! Seria muito melhor ter um corpo de notáveis que elaborasse um projeto que fosse examinado a fundo pelo plenário e depois alterado. A articulação da esquerda nem sequer conseguiu deslocar esse procedimento, anormal em termos de elaboração constitucional ou de votação parlamentar. A esquerda não pôde fazer coisa alguma.

MDP: A esquerda conseguiu certa mobilização popular?

FF: Conseguiu. E este foi o lado curioso do drama: essa mobilização popular, e principalmente a denúncia que a CUT e o PT fizeram, a denúncia que essa manifestação de tolerância autocrática exigia.

JC: Acho que foi o único momento vivo da Constituinte.

FF: Sim, ela teve um impacto muito grande. Se não fosse a massa de sugestões oferecidas a partir de fora, o produto final acabaria sendo muito mais conservador. A pressão popular às vezes adquiriu uma tonalidade dramática. E, justamente nesse momento, parece que faltou a conexão entre ação parlamentar e ação extraparlamentar. As contribuições externas ocorreram normalmente e a interação com os parlamentares deu-se em torno de propostas específicas. O filtro foi mais largo ou mais estreito de acordo com a composição das comissões temáticas, das subcomissões. Mas, em termos das comissões temáticas, a preponderância era mais visível, aí a pressão externa se fez através de pessoas que foram ao Congresso para

ouvir, protestar e pressionar. As galerias, em muitas ocasiões, contavam com a presença de pessoas gritando que aquilo era um absurdo, como forma de pressionar parlamentares e o presidente da comissão.

MDP: O que não foi suficiente para reverter o processo. Haveria a necessidade de uma articulação mais inteira, mais orgânica entre os movimentos populares e os partidos políticos comprometidos com suas reivindicações.

FF: Veja, a situação é bastante complicada. O progresso industrial está praticamente perdido dentro dessa massa de excluídos, de oprimidos, de marginalizados e de gente que procura emprego por qualquer meio. Isso leva a um enfraquecimento do movimento operário, que não é ocasional, mas permanente. Não é por acaso que o estado estimula o deslocamento do campo para a cidade, provocando o processo de inchaço das cidades. Com isso, ele aumenta ainda mais a invasão de uma imensa população excedente num pequeno exército de trabalhadores, que fica, então, à mercê das classes capitalistas tanto em termos de determinação do nível de salário quanto em termos de sua fraqueza orgânica intrínseca. Essa situação cria – e Marx se refere a isso – uma constante competição entre os trabalhadores. Por isso, um partido socialista – não necessariamente revolucionário, embora seja difícil pensar num partido socialista que não queira ser revolucionário, um partido congruente, mesmo no momento em que não esteja disposto a pregar a revolução, porque sabe que ela não é possível – deveria estar atento a isso. As posições ofensivas que a classe trabalhadora vem assumindo, através de seu setor mais decidido e organizado, não têm se irradiado para o conjunto da sociedade. Como poderiam se deslocar para Brasília os operários de São Paulo?

MDP: Realmente não poderiam, mas não era isso que eu tinha em mente.

FF: Aqui reside um elemento fundamental! A burguesia não precisou fazer esse tipo de pressão a não ser no caso da propriedade e uso da terra, quando mobilizou, deslocando para Brasília, não só grandes proprietários agrários, mas também pequenos proprietários, meeiros, peões e trabalhadores semilivres do campo. Nessa ocasião ocorreu uma manifestação, "uma marcha de cavaleiros", onde se viam oficiais do Exército fardados, marchando ao lado dos donos da terra. Era um enquadramento perfeito! Era a Ordem se defendendo contra as mudanças, mudanças que a burguesia de outros países realizou em nome de interesses capitalistas, mas que, num país como o Brasil e na periferia em geral, a burguesia não se sente atraída para realizar. Qual é o interesse da burguesia em fazer a reforma agrária onde prevalecem os latifúndios?

Num país em que o capitalismo monopolista (oligopolista) recompõe a grande propriedade territorial? Ela não tem interesse algum na reforma agrária!

JC: Perfeito! Precisamente porque esta burguesia, que não pode reproduzir os passos dos processos clássicos das burguesias europeias – penso fundamentalmente na França e na Inglaterra –, está impossibilitada estruturalmente de propor e realizar um projeto democrático-revolucionário, é que estamos diante de um desafio específico e incontornável. Desafio que expressa a peculiaridade do caso brasileiro e de outros países do mesmo tipo. É isto que torna dramático e lamentável a esquerda organizada no Brasil nunca ter se indagado sobre a viabilidade de um projeto democrático de feitio parlamentar-burguês no país. Este é, entre muitos, o maior pecado teórico da esquerda brasileira.

FF: Aí realmente há uma falsa consciência, no sentido de Lukács, que é dos autores que você mais respeita...

JC: É porque ele tenta ser a lupa de Marx. Só por isso.

FF: Observa-se, a partir dele, que a amplitude da opacidade da consciência burguesa cresce em função das condições históricas de realização da burguesia. Você encontra na Europa diferentes burguesias.

JC: A alemã, por exemplo, não tem nada a ver com a francesa...

FF: As revoluções típicas são a francesa, a inglesa e a norte-americana. As revoluções alemã e japonesa são atípicas, não desencadeiam revoluções burguesas, em face da debilidade de suas burguesias. Na Alemanha a revolução poderia ter sido típica. Porém, para usar a expressão de Marx e de Engels, sua burguesia era covarde e cedeu terreno, preferindo uma aliança com a casa imperial e com a nobreza à realização de sua liberdade através do parlamento. Esse é o sentido do trabalho que desenvolveram sobre a revolução social na Alemanha. Agora, no Brasil, como aconteceu na Rússia no passado, houve um momento de ilusão de que havia uma revolução burguesa em processo. De fato, havia, mas era atípica. O próprio Lênin, a quem não se pode negar a categoria de revolucionário, chegou a escrever um pequeno ensaio intitulado "A nossa revolução" sobre a revolução burguesa russa. Foi, mais tarde, com as *Teses de Abril*, em função das reflexões que fez, na proximidade do momento crítico da desagregação da ordem, que chegou à conclusão de que a burguesia tinha perdido sua oportunidade histórica.

Foram as *Teses de Abril* que lhe forneceram a consciência de que a revolução

já não era burguesa, mas proletária. Nós repetimos a mesma ilusão que houve na Rússia. Eu mesmo, certa vez, num discurso como paraninfo, cheguei a colocar que nós, gostássemos ou não, tínhamos uma revolução burguesa em curso e, portanto, quiséssemos ou não, teríamos que apoiá-la para avançar. Não para realizar os objetivos da burguesia, mas para fortalecer o processo de negação da ordem.

ARF: A que momento você está se referindo?

FF: Isso foi em março, em 1965 (conceituei a "revolução brasileira" como o equivalente da revolução burguesa na Europa e nos Estados Unidos). O que acontece é que essa ilusão está entranhada até hoje. Existe, então, essa falsa consciência de que a revolução burguesa está em curso no Brasil.

JC: É como pensa, em termos de "modernização", o PSDB, a talante de Fernando Henrique Cardoso e outros mais, que gostariam de "completá-la"...

FF: Quando, na verdade, a "revolução burguesa" no Brasil não se deu pela burguesia nacional, mas pelo capital monopolista.

JC: Exatamente.

FF: É o imperialismo que tem o papel hegemônico e realiza os papéis dos prussianos ou então da dinastia Meiji. O capital estrangeiro moderniza, mas, ao mesmo tempo, retira da modernização o seu conteúdo e sentido revolucionários. E com isso temos uma sociedade que pode avançar no sentido do desenvolvimento capitalista, mas raramente pode associar esse desenvolvimento capitalista a uma democracia que estenda a todos as liberdades fundamentais dos cidadãos, as garantias sociais.

JC: Entendo que este é o nódulo da questão.

FF: Exatamente! Nós temos uma perfeita consciência. Já a tínhamos antes. O que esse processo constituinte fez foi aumentá-la, tornando mais clara a verdade da nossa visão, mas isso pouca coisa nos adianta, porque a esquerda não incorporou esta questão essencial.

RA: Na referência feita a Lênin, vale a pena a menção e o registro de uma forte diferença em relação à nossa Assembleia Constituinte. O PT, os PC e a Igreja elaboraram o seu projeto de constituição no calor do processo constituinte, o que demonstra que, às vésperas de sua abertura, a esquerda enquanto tal não tinha um programa articulado para defender na Constituinte. No universo da formulação de Lênin, a Constituinte era algo concebido como um fórum para desmontar a ordem

tsarista. Sua proposta possuía todo um conteúdo programático, composto de objetivos econômicos e políticos, defendidos fortemente, pelo menos desde 1902, objetivando o fim do regime autocrático. O que se verifica é que a esquerda brasileira fez da Constituinte a sua bandeira, porém destituída de um objetivo claro e de um programa definitivo. Era uma Constituinte sem programa. Com relação à burguesia, parece-me que, se ela não possuía um projeto constitucional, ela tinha um instrumental...

FF: Sim, não tinha um projeto constitucional, mas tinha programa.

RA: E possuía todo esse instrumental para conseguir fazer com que, ao fim de toda aquela trajetória, de todo o processo, acabasse consolidando um projeto burguês que contemplava as suas diretrizes básicas. Mas, retomando a análise da esquerda, o PC defendia, desde o seu Congresso de 67, a ideia da Constituinte como a grande saída. E a esquerda em geral acabou indo ao processo Constituinte sem um programa que tivesse como centro os interesses das massas trabalhadoras. Ao passo que na formulação leniniana tratava-se de uma constituinte no universo tsarista, porém com um programa que tocava em alguns dos pontos essenciais; terra, trabalho, liberdade. Pontos essenciais para se enfrentar a miséria material e política das massas russas. Aqui reside diferença: uma proposta de constituinte amarrada a um conteúdo programático, fundada numa análise concreta, num ideário, numa concepção teórico-ideológica que norteava aquele projeto. E isso, justamente, foi o que faltou aqui. Os projetos de constituição que os partidos apresentaram, no calor da Constituinte, não refletiam uma trajetória dessa espécie.

FF: De qualquer maneira, poderíamos dizer que Lênin já tinha consciência do processo revolucionário em 1903. Trótski desde 1905, também precocemente, aliás. Além disso, o percurso da revolução na Rússia não começa com os marxistas, ele é anterior. Os marxistas foram herdeiros de uma luta travada desde 1850 e que atingiu seu apogeu na década de 1860, quando se muda o estatuto da propriedade rural e se elimina a servidão, pelo menos legalmente. Enquanto nós, aqui, não tivemos uma conexão entre o fim da escravidão e um processo político de transformação reformista ou revolucionária da ordem. O Partido Republicano, que poderia preencher esse papel, num momento estratégico da luta pela conquista do poder, deixou de combater pelo escravo e passou a fazer alianças com os fazendeiros e, com isso, a república nasceu como uma traição aos princípios republicanos. Na história não podemos transplantar experiências concretas sem as suas específicas mediações. Podemos afirmar apenas que há traços comuns, experiência acumuladas.

Eu não acredito que, dos anos 20 para cá, nós tenhamos desaprendido, mas

sim crescido sempre na aprendizagem. Entretanto, o que nós não revelamos foi força para manter partidos organizados com propósitos revolucionários. Aqui, por exemplo, o PT torna-se um partido forte e, imediatamente, quer conquistar o poder, quer fazer a revolução de cima para baixo. Ora, essa revolução de cima para baixo – que, num dado momento, chegou a ser reflexão de Lênin – não passou disso, pois se evidenciou impraticável. É uma ilusão pensar que aqui, no Brasil, nós possamos conquistar o poder legal e, daí, fazer uma revolução de cima para baixo. É claro que não podemos medir a força de nossa burguesia por ela própria. Temos que medi-la pelo sistema capitalista mundial de poder. Por isso, essas ilusões custam muito caro e os partidos repelem sua concretização.

Eu sou muito bem-vindo no PT, gostam muito de mim, mas lá fiquei relativamente isolado. Sou como um sabiá que canta sozinho. Não tenho, nem procurei me fundir em nenhum dos grupos; não adianta pretender participar de alguma tendência porque isso não teria sentido para mim. O que de nos falta, verdadeiramente, é aquela decisão de ir para a revolução de uma vez, e isto implica dizer que as condições históricas revolucionárias ainda não apareceram nem foram criadas pela rebelião coletiva. Quando indivíduos de origem pequeno-burguesa, ou até de classes sociais que seriam mais do que pequeno-burguesas, como sucedeu na Rússia, lançam-se à revolução, rompendo com a ordem, isso é sinal de que a revolução é um processo histórico muito forte.

Lênin poderia ser um advogado, mas foi um revolucionário. Trótski tinha diante de si uma ampla perspectiva, assim como muitas figuras do grupo bolchevique, ou do próprio POSDR, que não precisariam romper violentamente com a ordem, tal como ocorreu. Nós aqui não encontramos essas condições; temos que conciliar. *Esta casa*, com a sua biblioteca, contém uma identidade burguesa em confronto com o projeto revolucionário. Quando fazemos esta conciliação, falando seriamente, esperamos que a revolução seja fruto do acaso. Por que isto acontece? Todos nós, aqui, temos uma relação orgânica com o proletariado e, certamente, não somos como aqueles intelectuais que, ocasionalmente, passam pela esquerda, têm suas conversas e depois dizem tchau... e vão tratar da vida de outra forma. E, no entanto, não nos resta outra alternativa, a não ser nos conformarmos com um padrão de vida, com uma situação social que é de classe média tradicional em decadência. Não podemos fazer aquela opção. Se a fizermos, o que acontecerá?

JC: Perderemos o pouco de tribuna que temos...

FF: Por outro lado, o que vai acontecer com a insurreição? Nada!

"Não faço parte daqueles que acham que o marxismo está morto."

JC: Nós não somos os maiores pecadores!

FF: A revolução sempre foi um processo histórico que caminhou pouco nas estruturas da sociedade brasileira, ainda que o movimento operário tenha crescido, que o protesto operário seja uma realidade, que a posição ofensiva dos trabalhadores tenha avançado, que a luta contra a hegemonia burguesa seja uma luta muito mais definida do que há meio século, ou há quase sete décadas. Apesar disso tudo, nós estamos ainda engolfados numa condição dramática e impotente. O que exige, naturalmente, partidos de um outro tipo, partidos que definam sua relação com a ordem em termos de negação e de destruição – não de mudança cosmética. Isso de modo algum depende da vontade de grupos tomados isoladamente. Não estamos em Cuba. Estamos num país onde há uma burguesia poderosa, com vínculos internacionais sufocantes e perigosos.

JC: E o contexto mundial é extremamente desfavorável. Há pouco você afirmava que "não desaprendemos no último meio século". Vamos analisar um pouco esse "não desaprendemos". Há meio século, pelo menos no pré-64, havia uma ideia que era mais ou menos consensual: a presença espoliadora do imperialismo. Depois, foi a diluição... Hoje, nos anos mais recentes, a gente já se atreve, até certo ponto, a voltar a falar em imperialismo...

FF: Mas poucos fazem isto!

JC: Pouquíssimos! E o que predomina, complacentes, são teorias de acomodação de uma intelectualidade que envergou o fardão do político "full time".

FF: Mas no passado faziam a confusão do feudalismo.

JC: Sem dúvida, e não quero de modo nenhum resgatá-la. Aliás, incluo esse erro grosseiro entre os derivados pueris da tragédia do nosso século, que é o processo do Leste europeu e dos demais países afins, de outras partes, em conjunto. Em geral, são referidos ao socialismo, ao passo que eu entendo que uma das nossas maiores obrigações intelectuais é mostrar que, naquelas regiões, dramáticos e heroicos processos não redundaram, nem poderiam redundar, em socialismo.

FF: Aí eu discordo...

JC: Eu sei. Nós temos as nossas discordâncias. Alimentemo-las, como estamos fazendo há décadas.

FF: Falar em stalinismo é um erro. Mas, de qualquer maneira, o regime stalinista impôs a ideia de que a União Soviética tinha atingido o estágio mais avançado do socialismo, o que não era verdadeiro nem naquele momento nem hoje.

JC: Sem dúvida. Eu não queria que enveredássemos por aí, porque, em concordância ou discordância, na generalidade temos uma malha de posições em comum. Vivemos um século trágico, que teve início com a grande esperança da redenção humana em 1917, e que termina melancolicamente com a ideia de que a revolução é uma velharia que deve ir para os arquivos. Temos "coisas" medonhas, como a produção teórica nacional e internacional mais recente, digamos dos últimos 30 anos, que exibe formulações escandalosas, seja no plano científico, seja no plano político.

RA: Por exemplo, a proposta de restaurar, nos anos 90, o welfare state na periferia, como sugere, entre outros, o PSDB.

JC: Quando o *welfare state* está desmentido e quebrado no próprio "centro". Quando se dá grande ênfase ao neoliberalismo. Quando são admitidos e estimulados processos indiscriminados de desestatização, tal como tentam por aqui, mesmo ao estarmos cansados de saber que a economia privada é a mais dissipadora de todas, visto que, para dar um exemplo de gravidade mínima, para vender um sabonete de dez centavos gasta um bilhão em propaganda e embalagens. O chavão é que o estado é mau empresário, no entanto, não há nada mais perdulário do que o capital privado, que é aquele que dá o tom. Hoje isso é mais do que visível, no interior da "economia do desperdício". Tende a não ser mais possível consertar um aparelho qualquer porque vão desaparecendo, de propósito, as firmas de assistência técnica, os técnicos perdem a habilitação e se transformam em meros trocadores de peças. E o negócio acaba na compra precoce de um novo aparelho. Com toda essa visibilidade, todavia, há gente, no Brasil e na América Latina em geral, que se dispõe a catar, com muito gosto, as sobras do lixo teórico e material dos países ricos. Acho que é uma questão crucial, porque, se o processo revolucionário mundial, a superação do capital, tem que se dar por algum lugar, não será, de início, pelo lugar dos países centrais.

FF: Isso é uma coisa que está clara.

JC: É uma evidência, no entanto, desconsiderada por todos os partidos

existentes. Fazíamos referência há pouco aos tucanos, penso que vivem numa gaiola conceitual muito pouco divertida. De outra parte, considere-se o PT, onde temos como inclinação dominante uma posição antimarxista, ou pelo menos indiferente ao marxismo. Como é que disto pode resultar alguma coisa? Como é que o PT, que abriga fortes correntes dessa ordem, não só da Igreja, e tantos daqueles que acreditam na eternidade do capital, e que desacreditam da crítica teórico-prática do marxismo, poderá de fato contribuir, a não ser como uma espécie de peão mais teimoso de uma ilusão social que a própria burguesia não pôde realizar e que já abandonou?

FF: Eu vivi a coisa de uma outra forma. Penso que o que há de melhor no PT não é nem marxista nem católico, mas é a sua base proletária e o que se abre para um movimento socialista mais maduro.

JC: Poderia concordar até certo ponto, mas, quando se considera como vacila a CUT diante dos golpes de estabilização – Cruzado, Bresser, Verão, é desorientador nutrir esperanças.

ARF: Após a eleição da Erundina, o Weffort, que já estava esquecido pelo próprio PT, numa entrevista ao Jornal da Tarde, afirmou que ela significou a vitória de sua tese – a de que o PT jamais poderia ser um partido marxista, pois desse modo não se projetaria sobre as massas. E o que mais assusta é que hoje as não tendências de esquerda, cada vez mais, abandonam as posições revolucionárias e se afastam do marxismo.

FF: Acreditam que o caminho é, necessariamente, o de passar por uma transformação democrática, para depois encontrar um novo ponto de partida.

PDB: É o velho PC ressurgindo de todos os lados.

FF: Para mim, o problema da democracia é um problema de impregnação da sociedade civil. Ou seja, qual a possibilidade de os trabalhadores livres e semilivres desempenharem papéis ativos em todos os níveis na sociedade civil? Com a democracia isso é possível. No entanto, orientar esta perspectiva num sentido revolucionário exige consciência socialista e um partido que seja capaz de difundir o socialismo, um socialismo proletário, marxista e revolucionário. Refiro-me a proletário como *forma delicada de dizer marxismo*, pois explicitar claramente que é marxismo... aí o pessoal já nem admite discutir. Se digo que é um socialismo proletário, ficam pensando: que diabo é isso?

JC: Isso confirma meu ceticismo.

FF: Não faço parte daqueles que acham que o marxismo está morto, mas que o marxismo precisa se redefinir. Em todas as revoluções ele se redefiniu e não poderia ser revolucionário se assim não o fizesse, o que não significa "rever" marxismo (ou ser revisionista), e sim pôr toda uma filosofia política dentro de um contexto histórico concreto. Quanto ao PT, existem dentro dele várias tendências e a sua riqueza reside na confiança que conseguiu despertar nas massas trabalhadoras, primeiro em algumas cidades e, em seguida, numa extensão mais ampla da sociedade brasileira, inclusive no campo. Agora, se o PT ficar numa posição não socialista, não fará sequer uma revolução dentro da ordem, será apenas instrumental para essa modernização dirigida a partir de fora e de cima!

ARF: Nós sabemos que, enquanto os constituintes ficaram confinados no Congresso, o governo foi seguidamente implantando a sua política, na linha do desarme do movimento social. Por outro lado, os partidos subordinados à lógica parlamentar não conseguiram dar conta das necessidades das massas que, por várias vezes, jogadas a sua própria sorte, respondiam como podiam à ofensiva do governo, do capital. O grande equívoco da esquerda foi o de considerar que a grande luta centrava-se no parlamento e no processo constituinte. Supôs, ainda, que o governo Sarney não dispunha de força suficiente para comandar o país. Afinal, onde se localizava dispunha o centro de poder?

FF: O processo constituinte foi idealizado pelo regime como um processo de revisão constitucional, e não como um processo de ruptura. Todo o eixo da chamada conciliação transada, conservadora, repousou na aliança entre militares e civis que estavam incorporados à ditadura e civis que eram contrários ao regime ditatorial. Essa conciliação serviu para unificar esses vários setores. O processo constituinte ocupou os deputados e senadores constituintes, divorciando praticamente o político profissional da realidade política do dia a dia. Ficaram um pouco de escanteio, elaborando a Constituição, como se fosse um brinquedinho, com o propósito de manter os ritmos lentos da transição lenta, gradual e segura. Impedir que isso fosse até o fim foi uma das grandes vitórias da esquerda e do centro autêntico no parlamento. Foi, talvez, a maior vitória e a menos reconhecida, por não ter uma expressão objetiva. Ela ocorreu porque se acreditou que o corpo de constituintes fosse soberano e que, portanto, o nexo com a república institucional não deveria desaparecer da Constituição, que representava um outro momento da formação de um estado burguês diferente. Não se pretendia ainda a ruptura como tal, mas também não

era o que o próprio esquema do governo esperava, e o Centrão não conseguiu remediar essa disjunção que se estabeleceu entre os políticos profissionais e a ordem existente. Isso fez com que o setor militar acabasse restabelecendo a sua autonomia dentro do aparelho de estado. Sarney era um títere, um travesti, o "outro" na presidência, não o presidente. Realmente, havia é um triunvirato militar à testa do governo, constituído pelos generais Bayma Denis, Ivan Mendes e Leônidas Pires Gonçalves, que punha e dispunha, (tanto que, quando o *Jornal do Brasil* noticiou os acontecimentos de Volta Redonda, na mesma página encontramos uma notícia que mostrava que esses três generais elaboraram a decisão e que Sarney apenas a endossou). Ou seja, ele aparecia nitidamente como o "outro".

ARF: Ele é a expressão formal.

FF: De um lado temos, então, esse triunvirato militar, que desfruta de atribuições muito amplas. De outro, uma burguesia que não tem coragem de romper com a transição porque, ao mesmo tempo em que está farta desta situação, querendo livrar-se dela – um obstáculo à livre iniciativa e ao uso independente do seu poder de classe –, ela não se sente protegida o bastante e teme a efervescência popular e a contestação operária, que a nós parecem tão débeis, mas que para a burguesia é muito assustadora.

RA: Porque, mesmo no plano da espontaneidade operária, a burguesia sabe que essa efervescência popular e proletária toca no pilar fundamental de seu processo de acumulação, que é a superexploração da força de trabalho, a política econômica fundada no arrocho salarial; e que, se esta manifestação for conduzida politicamente, põe em risco o eixo central da sua estrutura de dominação econômica.

FF: A burguesia tem aquele medo histórico, que levou à mobilização monstruosa da "Marcha da Família" em São Paulo e que está de novo presente, só que ampliado, manipulado por órgãos de comunicação de massa que têm conexões com o aparelho do estado. De tal sorte que esse retorno militar acaba encontrando suporte burguês. Às vezes, o suporte burguês reluta, tenta ganhar corpo, tornar-se independente, mas em seguida cai em si e, através da palavra amável do Amato, sucumbe e concorda. O setor da UDR nem sequer se dá ao luxo de ambiguidades. Ele está plenamente afinado com esse setor militar, com esse dispositivo. A ruptura deveria ter-se dado com a Constituição e não se deu. Provavelmente poderá ocorrer em conexão com as eleições presidenciais.

"O problema da república reside em como a burguesia poderá recolher a sua mão militar."

JC: E assim chegamos a um capítulo deste papo.

FF: As eleições presidenciais podem nos aproximar de um aprofundamento real da ruptura, dependendo da capacidade de mobilização dos diferentes setores da sociedade, inclusive passando por cima dos interesses da burguesia e do aparato de defesa e contra-ataque do estado. Vimos que em Volta Redonda foi feito um teste explícito, não foi nem preciso recorrer a elaborações interpretativas complicadas, nem determinar sua conexão de sentido, na acepção weberiana, para descobrir qual era a real dimensão de uma reação popular e operária.

PDB: Se os operários de Volta Redonda resistiram com firmeza à repressão militar, lamentavelmente o movimento sindical e popular não esteve à altura das necessidades do episódio. Parece-me claro que, mais uma vez, a luta operária foi subordinada aos interesses das campanhas municipais, que ocorriam exatamente naquele momento. Volta Redonda ficou isolada, sem base de apoio social.

FF: Teve resposta, mas foi pequena. Houve agora uma nova provocação, com a condecoração dos militares envolvidos, e o que vimos foi que a indignação ficou restrita às vítimas mais diretas da ocorrência. Além disso não houve nada. Todo o aparato sindical brasileiro, todos os partidos de esquerda fizeram protestos retóricos nas tribunas – para isso servem os parlamentos! – e o episódio foi encerrado. Os militares estão, portanto, com o caminho livre e o governo tem, por sua vez, a possibilidade de estabelecer um programa de extrema-direita que pode assumir duas saídas. Uma, eleitoral, se encontrarem um candidato suficientemente forte para ganhar as eleições, acreditando no peso econômico da burguesia, na capacidade de pressão do estado e nos meios de comunicação de massa. Poderá então aparecer um candidato político que unifique a direita e permita estabelecer, por outros meios, um golpe branco, já que o dispositivo que opera dentro do aparelho de estado conta com recursos institucionais e de poder para alcançar facilmente esse fim.

MDP: Ele é o estado.

FF: É o recrudescimento da defesa da ordem a partir de cima. Aí, ou são expulsos do parlamento os partidos de esquerda e se encerra essa brincadeira de ter parlamentares e partidos de esquerda num país onde a burguesia não tem a capacidade de promover o bem-estar geral, ou, então, se fecha de uma vez o

parlamento. Aliás, a campanha de desmoralização do parlamento tem sido orquestrada sistematicamente, sem respeito a quaisquer limites. Os partidos de esquerda não têm sabido responder a essa farsa. Nesse processo de descontinuidades e continuidades, as descontinuidades foram compatibilizadas com as continuidades e estão nos enfraquecendo. Com isso, ficamos dependendo de uma situação conjuntural para tentar a ruptura de novo, a exemplo do que se deu no movimento das *diretas-já* e no processo constituinte. Não menciono a formação da Aliança Democrática, porque foi um episódio de fortalecimento da continuidade. As eleições municipais mostraram que a alternativa eleitoral foi uma alternativa quente para enfrentar os partidos da ordem e o governo. As eleições presidenciais poderão se definir como uma possibilidade real de ruptura, mas isso vai depender muito de uma estratégia que a esquerda saiba ainda elaborar. A esquerda teria que trabalhar com um pouquinho mais de sensibilidade para com as exigências da situação, inclusive para desmascarar esse esquema, tão torpe e visível, de conspiração contra a nação como um todo, porque é uma conspiração contra todos por parte de uma minoria, em nome da defesa da ordem, da honra e da família. O ministro Oscar Corrêa vem com a lei da censura e diz que não está querendo regular nada, que, ao contrário, obedece ao "espírito da Constituição". Ora, a Constituição consagra total liberdade de organização e expressão! O que é central é a desmoralização do parlamento, que é parte vital desse jogo. O governo poderá fechar ou fazer uma intervenção circunscrita e nada vai acontecer, porque a desmoralização programada já atingiu seus objetivos. Há uma ampla massa da população que não entendeu nada e que está achando que a culpa de tudo é dos parlamentares; não está pensando no estado como um todo, e muito menos no executivo, que fica por trás da cena; não vê que as malhas do governo estão no executivo. A população como um todo está com os olhos vedados e os partidos não a esclarecem porque não dispõem de meios para fazê-lo.

JC: Não têm meios, nem mesmo, enquanto partidos, uma visão bem delineada. Mas, poderíamos resumir, independentemente de diferenças de acentuação ou até mesmo de conceitos, que a forma de poder dos militares se autorreformou pela figura do Sarney. Evitei meu conceito preferido para não gerar maiores diferenças. Porém, quero lembrar que sempre manifestei a convicção de que a transição desembocaria numa forma de poder autocrático, uma solução constitucional, legalizada, mas sempre autocrática, uma vez que a conduta das "oposições" sempre foi o que foi... De modo que concordo inteiramente que a ruptura foi transferida para o processo sucessório, é onde se põe a questão política de fato. Tudo até aqui foi ensaio ou exercício. Se alguma coisa pode ser alterada é pelo questionamento, agora, nas eleições presidenciais, do

poder que vem sendo exercido há décadas. O quadro sucessório ainda não está configurado, vai demorar mais um pouco, mas há evidentemente indícios. O deputado Florestan Fernandes pertence a um partido que tem um candidato, tudo bem até aqui. Tenho certeza, no entanto, de que, para o intelectual, que já deu demonstrações disto antes, a solução não está dada. Nós todos estamos aí com um grande dilema; não quero adiantar nem desenvolver nada, simplesmente colocar a questão, e pedir ao intelectual que tome criticamente as principais candidaturas potenciais.

FF: As eleições presidenciais estão amarradas ao solo histórico onde nascem. Toda a reflexão sobre a burguesia, sobre as classes trabalhadoras, sobre os partidos, as instituições, o parlamento, o executivo, o judiciário está interligada. É claro que, dentro da tradição brasileira, o partido fica em plano secundário, mesmo na esquerda as personalidades estão em nível mais visível, o que torna o desmascaramento do processo muito difícil e complexo, pois as raízes não se desvelam com facilidade. Para a burguesia está sendo difícil achar um candidato à altura dos oponentes que vão aparecer na esquerda e no centro-esquerda, porque, de fato, queira ou não, o regime existente, se não for capaz de cancelar ou de condicionar as eleições e determinar seus resultados, vai sofrer as consequências do processo eleitoral. É por isso que se coloca a ruptura. A importância dessas eleições reside precisamente aí e não no fato de serem as primeiras após tantos anos. Desde Jânio nós não tivemos nenhuma eleição. Impusemos um vice-presidente que foi derrubado e depois sucessivas manipulações que mostraram um universo minado, frágil e inconsistente, com uma política sem parâmetros definidos através de programas, partidos, ideologias, utopias vazias, como se nós estivéssemos no vácuo político. Essas eleições repõem o *ser político*, quebram a vidraça de tudo o que o sistema ditatorial montou ao longo desses anos, diretamente ou através da "Nova República". Tudo isso voará pelos ares se as eleições se realizarem, dependendo de uma circunstância: se o governo tiver a possibilidade de descobrir e apostar em um candidato de extrema-direita afinado com a transição – e o jogo vai ser muito forte nesse sentido. Entretanto, se não o encontrarem, podemos esperar de tudo, até o que chamei de golpe branco. Podemos até esperar que esse setor aceite as eleições e depois procure domesticar o futuro presidente de uma maneira "suave", não mais dentro de parâmetros diretos, sem nenhuma interferência ostensiva. Acho que há, dentro das Forças Armadas, clima para isso. Há várias polarizações e, portanto, vários cenários. Um dos cenários fortes é – e isso até entre a oficialidade jovem – o do golpe branco. Outro seria o que poderíamos chamar de recuperação de um nacionalismo, de um desenvolvimentismo de fachada, que serviria de eixo para uma acomodação de interesses, divergentes ou convergentes, entre

militares e civis. O fato é que os militares, tratando-se de uma questão de poder, desempenham papéis inequívocos no processo, de tal maneira que, queiram ou não, têm de se movimentar, estão em movimento, e vão se movimentar crescentemente – ou perdem sua supremacia tecnocrática no seio do governo. Esta aparente neutralidade militar perante as eleições é uma balela, não tem nenhuma consistência. Mesmo que o candidato vitorioso seja um candidato inesperado, mas "compatibilizável", a *saliência militar* continuará e aumentará como um cancro. O problema da república reside em como a burguesia poderá recolher a sua "mão militar". Ela quer usar luvas de pelica, não quer ser tolerante e compreensiva, e todas as composições acabam sofrendo um impacto militar profundo. Os meios de comunicação de massa servem como instrumentos para adensar a importância do setor militar – isso é pacífico! A burguesia – não a nacional, mas a "nossa" burguesia, que é seminacional, semiestrangeira, plurinacional e pluri-internacional, isto é, associada ou composta – procurará manejar esse setor militar, que conquistou um grau de autonomia no aparato de estado que o torna um árbitro oscilante. Portanto, nada vai ser fácil na relação dos militares com o sistema central de poder. Desse ângulo, da direita e do centro-direita, as candidaturas são secundárias e as demais são "trabalháveis".

PDB: Que tipo de projeto, de perspectiva econômica, teria essa burguesia compósita, no quadro atual?

FF: O parlamento ilustra bem isso, é como se a gente olhasse a burguesia no microscópio. Há um setor pequeno – a grande burguesia – que é nacionalista no sentido da autoproteção do capital e do seu privilegiamento como elemento receptor da proteção do estado e na exploração do país. Este nacionalismo, este progressismo adaptativo são frutos de uma situação de interesses muito fraca e que torna a parte negativa da burguesia aberta a composições que permitam combater inclusive a privatização. Não porque seja contra a desestatização, mas porque não concentra em suas mãos meios para competir com os setores da burguesia que são estrangeiros e que a deslocarão, no médio ou no largo prazo, das suas posições e bloquearão o seu acesso às oportunidades abertas pela privatização. Foi muito sintomático sofrermos derrotas seguidas no caso das medidas provisórias e ganharmos na questão da privatização, porque houve uma fragmentação da burguesia com relação a questões essenciais para o desenvolvimento capitalista. E essa fragmentação, assim como a representação de classe direta, instrumentalizou os partidos e a conglomeração de forças, independentemente do grau de racionalidade política das decisões. Isso porque

esse setor da burguesia é um setor mais culto, mais esclarecido, às vezes até com formação universitária, com um conhecimento comparado do que aconteceu com outras burguesias da periferia, com capacidade de prospecção sobre o futuro do Brasil, segundo alternativas diferentes, da evolução do capitalismo monopolista.

MDP: Seria possível dar alguns nomes dessa burguesia para o leitor visualizá-la empiricamente?

FF: Severo Gomes, por exemplo, teve uma posição pioneira, ele arrastou os senadores, contra o projeto de privatização que havia sido aprovado na Câmara. É interessante ver como a divisão da burguesia atinge uma faixa estreita do grande capital e que o que pode ser decidido em termos de uma representação estadual não se consegue através de uma representação proporcional, pois foi mais fácil a vitória através dos senadores do que através dos deputados.

PDB: Na realidade, houve uma inversão.

FF: É uma inversão fácil de entender: o capitalismo oligopolista, que tem um nexo neocolonial visível, realiza a sua função por dentro da nação hospedeira, ou seja, a captação de recursos, a acumulação de capital, a drenagem de capital líquido se faz a partir de dentro e não de fora. As grandes empresas ocuparam o espaço internamente, internacionalizaram a economia e os processos de decisão. O que acontece, então, é que existem desigualdades na capacidade da burguesia de operar dentro do país e nas regiões menos desenvolvidas; os setores mais fracos da burguesia são famintos de alianças com o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, desejam oportunidades que são nefastas para a nação, como a implantação de zonas de exportação, investimentos etc. Aquela ideia de que podemos transferir o capital acumulado no exterior, apesar de tudo que acarretou de mal ao Brasil, não desapareceu do horizonte burguês. Há, ainda, uma ilusão de que podemos pôr esse processo em andamento sem os erros cometidos até o presente, como se esse capital acumulado exteriormente pudesse ser captado sem custos extorsivos e sem danos permanentes. Isso explica como a fragmentação é desigual e porque na Câmara dos Deputados a pressão burguesa foi mais vitoriosa que no Senado, em função da situação econômica do país, em conexão com os dinamismos políticos que estão ao alcance das mãos da burguesia e do estado. Há, de outro lado, setores da burguesia nacional que estão firmemente identificados com a ideia de que hoje não é mais possível a livre iniciativa concebida em termos de um país implantado na economia capitalista internacional, e que toda a nação ocupa uma posição em função das suas

relações com os países centrais, em termos econômicos, financeiros, políticos e culturais. Trata-se de uma burguesia pró-imperialista e que não compartilha de nenhum ressentimento, nenhuma vergonha de ser pró-imperialista. Aquela que utiliza suas posições no sentido de sua autodefesa e tem êxitos parciais. Mas o relatório final do Severo Gomes, na comissão de economia, foi golpeado, apesar de sua vitória no Senado. Isso demonstra como as coisas escapam das mãos desse setor mais esclarecido do grande capital e como aquela mentalidade que foi instaurada em 64 continua presente. Em 64, essa mentalidade sustentava que a transformação capitalista não era necessariamente um processo autônomo, mas um caminho de interdependência. Implicava a internacionalização do modo de produção, do mercado interno, da exportação, da acumulação de excedente econômico, a associação no crescimento econômico. O que mostra que a maior parte da burguesia é destituída de um projeto nacional, pois não o coloca mais como algo visível. Os próprios economistas vêm falando isso há tempo. Primeiro foi Celso Furtado, dizendo que não seria viável conceber hoje um país no qual fosse possível isolar uma economia nacional da internacional. Depois vieram outros, que consolidaram essa consciência e, por fim, até o Gorbatchev está servindo a esse baile de máscaras, para demonstrar que o caminho correto seria abrir-se internacionalmente, fortalecer-se pelos elos com o capital externo.

PDB: Seria mais ou menos aquilo que Roberto Campos vem defendendo há décadas.

FF: Só que Roberto Campos aparece muito como um extremista do liberalismo e do imperialismo. Suas posições são rejeitadas porque vão até às últimas consequências. Nossa grande capital ainda não adquiriu experiência, o que seria fácil demonstrar: bastaria ler alguns livros de administração, como, por exemplo, o de Peter Drucker que, num ensaio publicado em *O Estado de S. Paulo*, afirmava que, para uma corporação multinacional, um país como o Brasil seria um ponto no mapa. Nossa burguesia não tem imaginação para perceber que ser um ponto no mapa é algo muito irrelevante. Ela fica muito orgulhosa de ser a “oitava economia” no mundo, sem saber o que isso representa. Pois, se ela é a oitava economia, a que custos isso se deu, quais são as distorções que ocorreram aqui e o que isso representa para o país em termos do presente e do futuro? Isto não a preocupa. O que a preocupa é uma estratégia no curto prazo. A ausência de um projeto de constituição corresponde certamente à ausência de um projeto econômico dessa burguesia.

PDB: Como ela vislumbra um novo processo de acumulação?

FF: É difícil dizer, mas num debate com dois elementos jovens, que fazem parte do empresariado com uma nova mentalidade dentro da Fiesp, eles se colocaram contra os velhos empresários e suas limitações intelectuais. Mas nada como os "velhos empresários" com suas limitações intelectuais para esclarecer aos novos empresários sem estas limitações: o que estes querem é realizar o mais depressa possível o processo de aceleração da incorporação, adotando a racionalidade da produção capitalista que criaria um fluxo de duas mãos, um vaivém, da economia brasileira para a economia internacional. Há também uma ausência de projeto econômico porque, no essencial, este vem pronto e acabado de fora, como os pacotes de tecnologia, de educação etc. O pacote de política econômica não é só um rol de prescrições e ordens do FMI, do Bird e dos bancos internacionais, é a adoção de uma política que reflete a expectativa do grande capital estrangeiro de que encontrará aqui docilidade e cooperação. Os conflitos que nós vivemos internamente aparecem exemplificados nessa estrada que liga o Acre à fronteira do Peru: um projeto japonês que os norte-americanos tentam impedir, o que será difícil conseguir, e que no máximo possibilitará uma negociação na qual os americanos surgirão como parceiros. Prevalece a ausência de projetos criativos internos e autônomos. Os militares poderiam produzi-los, pois, para nossa desgraça, eles também são empresários intelectuais, com um banco de cérebros que abrange também civis e que recebe assessoria de grandes especialistas do exterior e do país. Mas, apesar disso, a nossa é uma burguesia sem projeto de nação e de futuro e que, quando vê que não tem cacife para isso, abaixa o nível de exigências e, no limite, serve de elo, de mediação para uma exploração mais intensa do Brasil por parte do capital estrangeiro. Aquilo que, no passado, eu descrevi como uma acumulação dual hoje é uma realidade corriqueira, na qual cada vez mais só o setor financeiro revela uma capacidade de autoproteção significativa. Os outros setores são obrigados a ceder a parte do leão ao capital "transnacional", à comunidade internacional de negócios. Com isso, vivemos aquela realidade que eu designava como a de uma nação dependente que cultiva a ideologia da nação dominante, que se manifesta pela ação da classe dominante local e cujo elo para essa absorção ideológica é o capital externo. Para a grande burguesia, a sua utopia é a utopia da burguesia internacional, a de conseguir, por meio da sua ação, uma acomodação entre sistemas inconciliáveis de organização da economia, do estado e da sociedade. Hoje, a grande utopia burguesa é essa.

MDP: Apesar de estarmos ainda distantes da definição do quadro de candidatos para as eleições presidenciais, gostaria que você analisasse os possíveis nomes que representam esse setor.

FF: Bom, os candidatos, infelizmente, podem ir de Jânio Quadros, passando por Aureliano, por Quércia, até Ulysses. Quércia é um candidato com um grande cacife. Aureliano é um candidato com maior bafejo militar, se a questão fosse de preferência, ele seria o escolhido da cúpula militar. Agora, pode ser que conjunturalmente Quércia acabe sendo o candidato-chave, porque é suficientemente destituído de escrúpulos para servir às diferentes determinações negativas que virão dos vários setores internos e externos. É um demagogo sutil, porque não revela sua face demagógica, não torna a demagogia evidente e, de outro lado, suficientemente frio para resguardar e levar adiante o seu cálculo político racional. Nesse sentido, é a pior figura que existe no cenário político brasileiro e, por isso mesmo, a melhor em termos da conjuntura para a burguesia*. Ulysses perdeu a chance com as oscilações do PMDB e com o próprio fato de que protelou de tal maneira soluções, que tinham caráter de urgência, que degolou a si próprio. Quércia, pela ressonância que encontra entre os políticos em nível nacional, o que, em termos eleitorais, nada significa, pode vir a ser o escolhido, apesar das resistências existentes dentro do PMDB.

ARF: Há a notícia de que ele teria acertado já um acordo com Ulysses, que a essa altura já estaria consagrado, na pré-convenção de hoje.

FF: Quércia já deixou de ser o candidato. Houve uma ampla análise sobre ser ou não ser candidato, e para ele seria muito melhor continuar governador e se candidatar na outra sucessão. Mas isso tudo não passa de cogitação, porque ninguém sabe se vai haver esta ou a próxima eleição. Além do que, se Quércia puder bigodear Ulysses e isso for decisivo para ele, bigodeará com arte extremamente refinada, pois é um mafioso. No entanto, as especulações em torno de nomes são naturalmente vazias, porque de fato a seleção, o peneiramento, vai se dar em termos dos interesses do grande capital, de estamentos como o militar, o judiciário e o próprio legislativo; e ninguém pode prever ainda quem sairá como candidato. O processo não fechou, ele está em andamento. A posição de Mário Covas é uma posição quase privilegiada, porque está dentro, mantendo-se fora, deslocando-se em uma posição altamente vantajosa e correndo o páreo como se não estivesse nele. Tem agora muito mais chance de acabar sendo um candidato bafejado pela burguesia do que antes já teve. O problema é reconquistar a confiança. A sua luta em torno do processo das eleições presidenciais é a de se recompor com os empresários. Sua votação em São Paulo, para

* Essas opiniões foram emitidas na data da entrevista. O desenrolar dos acontecimentos parece desmenti-las. Mas mostra, ao contrário, o conteúdo de verdade que elas possuíam (e ainda contêm). [Nota do entrevistado.]

um político que não tinha uma projeção extraordinária, indica um suporte muito forte de interesses econômicos variados, assim como religiosos, intelectuais, comerciais e financeiros. Aglutinou uma porção de interesses e muitos desses se divorciaram dele, porque foi estigmatizado como líder do PMDB no processo constituinte. Não deveria ter acontecido isso, pois ele sempre se pautou por assumir compromissos de centro. É curioso que pague por ser extremista, quando nunca o foi. Trata-se de um político hábil, com capacidade de liderança e de negociação – não iria "queimar-se" infantilmente. É uma figura decisiva sem suporte partidário compatível. O PSDB realizou um complô de intelectuais, que viram como fazer a dissensão, souberam se separar em tempo do corpo do PMDB, mas não tiveram a competência de levar junto a máquina partidária, a não ser em casos isolados. Os que souberam fazer isso ganharam eleições ou, então, estão em boa posição para compor. Mas o PSDB ficou sem a máquina partidária, que em São Paulo está com Quêrcia, e o resto do país ficou sob controle conservador. No momento, vivem um dilema: ou reconquistam parte da máquina, através de novas cisões, ou têm de procurar uma ampla recomposição com outras forças partidárias. Esta pode ser instrumentalizada, pois não há grandes obstáculos entre os históricos do PMDB e o PSDB. O grande problema é saber em que direção vai caminhar o grande capital: se, na falta de um bom candidato de direita ou de extrema-direita, vai realmente preferir Covas, que não é apenas um mal menor, mas será literalmente um presidente seguro para a burguesia.

ARF: No exame das possibilidades e do significado dos candidatos, Ulysses, na sua reflexão, é uma carta inteiramente fora do baralho?

FF: Não, e nunca será uma carta fora do baralho. Poderá ser alijado, na medida em que o complexo de poder, instaurado no governo, conseguir um candidato bom de extrema-direita.

ARF: Ele poderia surgir como candidato de uma aglutinação da qual o próprio poder federal participaria, uma vez que ele é organicamente expressão do conservadorismo ilustrado?

FF: Sim, mas ele chegou a ser o candidato da transição, o candidato oficial, porém, repudiou essa condição, porque cometeu um equívoco: acreditou que perderia no processo eleitoral, se recebesse o bafejo do sistema de poder de forma visível. Por isso, dispersou forças e, ao mesmo tempo, ao prolongar essa condição, criou uma situação insustentável. E, com essa técnica, que ele usa costumeiramente, se desgastou, convertendo-se em um agente da desagregação do PMDB.

"Creio que a união à esquerda seria extremamente necessária."

JC: Duas questões mais gerais: gostaria, *agora*, que você examinasse: 1) quais seriam os princípios de referência para a indicação de um candidato da esquerda; 2) qual o limite do que a esquerda pode esperar nesse momento do processo?

FF: Se a questão fosse colocada ao nível político, a focalização seria mais exigente. O candidato ideal estaria fora do ringue. A dificuldade está no que você falou há pouco: a falta de renovação das propostas da esquerda. A esquerda ficou parada em torno de reivindicações que, na verdade, traduziam, com um máximo de radicalidade, aquilo que a burguesia deveria ter feito. Ou seja, a esquerda configurou-se como uma espécie de "outro" da burguesia, de uma burguesia que nunca existiu e, dessa maneira, tem de realizar a revolução dentro da ordem a partir de um eixo popular e proletário. Por isso, tenho a impressão de que nós deveríamos colocar o Brasil dentro de um contexto latino-americano, com processos específicos e variados, que nos levam a vê-lo como um país mais avançado do que a Nicarágua, com problemas muito diferentes dos do Chile e assim por diante. Em nosso país nem sequer tivemos um setor social suficientemente forte, que se despregasse da ordem e ameaçasse o governo e as instituições-chave existentes. O que se tem verificado, nos processos eleitorais, é a luta pela formação de um "poder popular" que, para um marxista, seria uma questão indigesta. Pensar na ideia do povo no poder, pela via eleitoral, é um absurdo nas condições existentes no Brasil. A questão que se coloca refere-se, pois, à criação de uma dupla polaridade. No entanto, nosso processo eleitoral está sujeito a coações e a múltiplas manipulações. Caso se realize, será um processo que terá de ser filtrado pelas instituições da ordem existente, não só no nível partidário, mas também no nível das várias instâncias da organização do estado e de outras instituições igualmente conservadoras. Portanto, a questão fundamental, o principal desafio, seria cristalizar um poder antagônico ao poder da burguesia, mas que fosse legitimado pelo próprio processo eleitoral.

RA: Para atingir o poder ou, pelo menos, para possibilitar a construção de uma oposição expressiva?

FF: Sim. Esse poder teria de crescer como um poder popular, um poder capaz de exprimir um conjunto de exigências que apareceram na história da Europa, sem querer repetir aqui a história da Europa ou a história dos Estados Unidos. Na verdade, os avanços da democracia na Europa e nos Estados Unidos não foram concessões das

classes dominantes. No livro *American political tradition*, de Richard Hofstadter, você vai ver como os "founding fathers" (os pais da pátria) eram pessoas que não só tinham pensamento aristocrático, mas que desconfiavam da massa, e de tal modo que criaram vários entraves para impedir que surgisse nos Estados Unidos uma democracia plena, capaz de "plebeizar" o processo político. Houve, então, resistência nas classes dominantes à cristalização de uma alternativa popular de poder, e de uma maneira mais expressiva que na Europa, porque nos Estados Unidos a tradição aristocrática tinha raízes profundas, especialmente no Sul.

Os países da periferia, por seu lado, não têm uma esfera de liberdades políticas, de direitos instituídos que fizessem parte da tradição dos direitos consuetudinários, direitos sobre o uso de uma porção da terra, liberdades que conferissem proteção à pessoa e que acabaram, na Europa, facilitando a transição do regime feudal para o regime capitalista. Lá, o modo de produção capitalista está vinculado ao aparecimento dos operários que haviam sido mestres e, mais tarde, tornaram-se técnicos, operários qualificados (além de comerciantes e capitalistas), o que elevou o nível de exigência e consciência do trabalhador. Formou-se, assim, um estrato operário dotado da capacidade de sofrer as frustrações, devido a um sistema de produção que não estava tão distante das opressões, das servidões do regime feudal. Desse modo, o antigo regime desaparece, mas muitos inconvenientes sobrevivem e a burguesia busca realizar-se, num curto período de tempo, passando de classe revolucionária para classe dominante, e de classe dominante para classe dominante reacionária, como nos casos da França e Inglaterra, fazendo com que a cristalização de um poder popular, da cidadania como uma forma de afirmação da pessoa, que a revolução burguesa renegou, fossem conquistados pela pressão da própria camada social excluída. São os democratas, os revolucionários, os trabalhadores, as populações destituídas que vão lutar contra a burguesia para obter concessões crescentes, aumentando a sua área de autoafirmação como classe em si e inventando técnicas sociais de autodefesa e de contra-ataque, usadas em termos defensivos e ofensivos. Esse processo teve grande dificuldade de realização no Brasil, não só por causa da nossa origem colonial e do modo de produção escravista, mas, também, pelo fato de que o aparecimento do trabalho como uma categoria histórico-social, como trabalho livre, deu-se numa condição de substituto, de sucessor do trabalho escravo. Os trabalhadores forjaram essa categoria histórica e o movimento prolongado, em ziguezague, pelo qual lutaram por sua liberdade e acabaram, em plena ditadura militar, contestando a burguesia. A herança colonial e escravista reforçava a defesa da estabilidade política por métodos violentos. O mesmo sucedia com o imperialismo, que fomentava a democracia em seus

países e a estabilidade a qualquer preço como requisito da proteção de seus bens, investimentos e lucros. Nessa situação complexa, é de fundamental importância o processo de formação de um poder popular ainda sob o capitalismo e de uma república democrática que reconheça a legitimidade da luta de classes. Ambas as condições são essenciais para que as massas populares e as classes trabalhadoras possam organizar-se para optar com autonomia pelo capitalismo ou pelo socialismo, pela reforma "melhorista" ou pela revolução social.

RA: Gostaria que você mencionasse quais seriam os pontos programáticos indicativos de uma candidatura que pudesse aglutinar os setores populares na atual especificidade brasileira.

FF: O ponto central é esse: despertar no oprimido, no excluído, no trabalhador assalariado, no trabalhador semilivre da cidade e do campo a consciência social da sua privação de uma cidadania plena, ou seja, de que são despojados de peso e voz na sociedade civil. Precisaríamos traduzir isso em termos claros e concretos e não dizer, pura e simplesmente, que os trabalhadores irão construir um poder popular, uma formulação política demasiado abstrata.

JC: Esta sua fórmula – "despertar a consciência da privação – me faz lembrar uma dimensão característica de *A mãe*, de Górkí: aquisição da verdade, processo pelo qual todos os personagens que vão aparecendo se transfiguram, sem perder identidade, apropriam-se pessoalmente da verdade, que não é mera abstração doutrinária, mas verdade na forma da própria vivência individual, precisamente porque são vivência e verdade objetivas de muitos, generalidade descoberta e compreendida.

FF: Não se pode, pura e simplesmente, chegar ao trabalhador e dizer que ele precisa conquistar o poder real! O trabalhador brasileiro coloca a coisa em termos de privação, de arrocho salarial, de ter escola para o filho, de ter hospital para a mulher etc. Seria preciso apresentar todas essas reivindicações, mas, ao mesmo tempo, envolvê-las num processo de explicação socialista da realidade e de consciência crítica da luta política, pois o mais importante é dizer por que ele sofre precisamente essas privações, por que está assim e como poderá sair dessa situação subalterna.

PDB: Aí a demanda teórica, mais uma vez, se apresenta como necessária.

FF: E é aí que vem a contribuição fundamental do candidato político, do candidato que encarnaria a ótica socialista proletária, que teria de enlaçar – a falta de hospitais, a falta de meios de comunicação, a falta de drenagem de água – a um modo

de brutalizar o agente do trabalho produtivo como mercadoria e o instrumento humano de aceleração da acumulação capitalista...

JC: Que destroça o ser humano... no singular e no plural.

FF: ... da ausência de peso e voz do trabalhador e da massa popular na sociedade civil, do fato de uns deterem o poder e outros não. Aí é que o poder é decisivo, o poder popular como uma concreção da humanização da pessoa, da concretização da mulher e do homem. Por isso, é preciso ter coragem de levar uma linguagem socialista para o processo eleitoral.

ARF: A propósito, gostaria que você falasse sobre a perspectiva social-democrata que assola o país, tomando conta das cabeças mais diferentes. Diante da profunda crise estrutural do capitalismo, as "melhores soluções" visam a revitalizar e bem gestionar esse mesmo capitalismo. Recentemente, um grupo de economistas do PT apresentou um programa emergencial e só não o levou a Sarney por causa da sua ilegitimidade. Caso fosse um governo legítimo, seria apresentado a ele. No entanto, esse programa econômico não toca em nada das questões estruturais e, não se pondo como uma alternativa concreta da perspectiva do trabalho, acaba, mais uma vez, numa crítica moralista, abstrata e utópica. Outra versão do tipo aparece no discurso da gestão transparente do estado, para a qual bastaria abrir a caixa vazia do estado para que as massas tomassem consciência de que as greves têm um limite. Nesse sentido, como você vê a proposta de civilizar o "capitalismo selvagem", de administrar a crise do capital?

FF: É como um candidato moderado que quer civilizar a sociedade civil, quando, de fato, a civilização desta é um passo para acabar com a barbárie que ela contém. Veja, a sociedade de classes inglesa de hoje, ao invés de avançar, recuou, mas outras, que estão avançando, contêm a barbárie também. Por isso, a alternativa barbárie x socialismo não é conjuntural e, desse modo, um candidato socialista não pode dizer que vai humanizar o capitalismo, porque este nunca poderá ser *humanizado*. Qual é o candidato que irá dizer que está havendo uma exploração sistemática do trabalhador, que ele não tem casa, que não tem escola, que sofre o arrocho salarial, a superexploração da força de trabalho? Tal candidato não pode dizer que tudo é produto da dívida externa, porque a própria dívida é parte de um processo de espoliação capitalista que, no fundo, é a questão da exploração da força de trabalho como mercadoria. Mesmo que a gente não possa, numa campanha eleitoral, botar as coisas tão claras, porque nenhum partido assumiu essa posição avançada e necessária,

poder-se-ia pelo menos colocar a questão de que os trabalhadores só poderão lutar por sua humanização e autoemancipação coletiva quando se organizarem e lutarem para alcançar formas reais de participação na sociedade civil e no estado e transformarem no sentido da criação da liberdade com igualdade social. Sem que isso aconteça, nunca vai haver dupla polaridade. Se a burguesia não abriu caminho para uma democracia, nem sequer a burguesa, então, o caminho para uma democracia deverá ser aberto por uma polaridade que é proletária. Isso eu já sustentei na campanha várias vezes e tenho mantido sem reservas tal posição. Agora, é claro que esse não é o nosso objetivo imediato. Trata-se de atingir um patamar que sirva como meio para fins ulteriores mais amplos e propriamente revolucionários.

No Peru, por exemplo, os diferentes partidos da esquerda se unem para fazer uma campanha que busca suscitar o problema da organização popular e da conquista do poder popular. Não se trata de uma volta ao passado, as alianças nas quais as massas populares e as classes trabalhadoras constituíam a cauda política de setores "progressistas" da burguesia. Mas de obrigar, a partir de baixo e pelos de baixo, as elites econômicas, culturais e políticas da burguesia a ceder espaço para a formação de uma democracia de participação ampliada e, em seguida, uma república democrática pluralista (como se viram compelidas a fazer as burguesias da Europa industrial e dos Estados Unidos). No entanto, essa democracia burguesa, sendo capitalista, não vai fazer outra coisa senão fechar o processo de mudança dentro de limites que são estreitos (de "defesa da ordem" ou de "reforma capitalista do capitalismo"). Por isso, há uma armadilha na pergunta, porque a resposta plena envolve a discussão de um partido socialista revolucionário devotado a trabalhar diretamente fora do quadro institucional e contra a ordem, coisa que escapa, no momento, à situação eleitoral. Nessa situação, as reivindicações não são mais do que um rosário de repetições. O que falta é adicionar esclarecimentos: a origem dessas limitações e como está na mão do trabalhador, na mão do excluído, o meio de corrigir isso, exigindo a sua parcela de poder dentro da sociedade civil e na relação com o estado, colocando a sociedade sobre seus próprios pés. É claro que a indicação fundamental está nos conselhos e nas funções que eles podem desempenhar nessa inversão (pois atualmente a sociedade está de cabeça para baixo, sob a tutela "senhorial" da minoria privilegiada).

Nas eleições, deve-se aproveitar para difundir a ideia da necessidade e da função dos conselhos. Eles podem nascer vinculados a reivindicações muito corriqueiras, muito estreitas, mas, com o crescimento natural do processo, podem se converter numa alternativa de poder, numa fonte de conflito, e a burguesia não os

poderá abafar simplesmente com meios militares; se vier a fazê-lo, terá de enfrentar insurreições crescentes. No entanto, é preciso lidar com os conselhos de uma maneira branda, difundindo a concepção de que se trata de um modo da auto-organização da participação popular.

JC: Principalmente se entendemos o conselho como um meio que conduz à explicitação de contradições, realizando, assim, a democracia.

FF: Agora, uma palavra sobre as candidaturas da esquerda, porque o próprio Mário Covas é um candidato de centro-esquerda, embora, vamos dizer, da faixa mais moderada da social-democracia. O fato de ele excluir a identidade socialista não significa que tenha deixado de ser um candidato de centro-esquerda, mesmo que seja a esquerda da burguesia. Há uma faixa de militantes e políticos do seu partido que está mais à esquerda e em posições socialistas.

Penso que se deve considerar a candidatura de Lula e a candidatura de Leonel Brizola, no seu contexto próprio ou específico, que os solda à construção da democracia. Para mim, como militante e deputado do PT, a candidatura de Lula é a que faz mais sentido na esquerda. Estou empenhado em sua campanha eleitoral e nas pugnas políticas que têm por objetivo a sua história.

PDB: Nessa dispersão, existe ainda a candidatura de Roberto Freire. Ela apresenta um discurso aparentemente diferente da prática de seu partido, movendo-se nitidamente no oportunismo, que busca reconstruir uma estrutura falida com a sedução de uma nova roupagem, mas escondendo de fato aquilo que o PC representa politicamente.

FF: Bem, a candidatura de Freire foi inicialmente explicada como necessidade de restaurar a identidade política do PCB. Eu acho legítimo que o Partido Comunista faça isso no primeiro turno. Na pior das hipóteses, o processo eleitoral pode indicar a sua fraqueza e encorajar a burguesia a tolerar a existência e a sobrevivência de uma organização partidária que chegou a ser tão estigmatizada e temida. Mas, de qualquer maneira, creio que a união à esquerda seria uma coisa extremamente necessária, porém, as peculiaridades pessoais dos candidatos e a fome dos partidos pela conquista do poder impedem essa união. Não sei por que nenhum dos candidatos desenvolveu esse raciocínio elementar, porque o melhor seria, já no primeiro turno, procurar essa união e sair com uma candidatura única. O ideal, neste instante, seria desenvolver uma forte compatibilidade e caminharmos para uma educação política das massas, mostrando que não há a necessidade de destruição do antagonista que está

no mesmo campo. O importante é identificar que o inimigo principal não são aqueles que defendem objetivos convergentes, ainda que não análogos, mas que podem competir sem se destruir. No entanto, não é isso que está acontecendo: Brizola está avançando no sentido de isolar Lula em um gueto, com isso leva o PT a responder com chumbo grosso. Isso vai dividir a esquerda, ao invés de uni-la.

JC: Acredito que recolhemos o material pretendido. Gostaria de saber se de sua parte há algum interesse em fazer alguma complementação ou finalização.

FF: Eu estava disposto a responder o que me fosse perguntado. Na realidade, pensei que vocês me poriam mais contra a parede do que o fizeram. Vocês investiram em mim, politicamente, mais do que eu merecia, e não correspondi como devia.

JC: Eu não colocaria nesses termos!

FF: Tentei corresponder, mas o fato é que não há espaço político para certas aspirações, e os partidos políticos de esquerda ainda são frágeis para fazer com que avancemos como seria desejável. No mais, continuo onde estava! Um partido que aspire à conquista do poder para o proletariado, sem vincular entre si a "revolução dentro da ordem" e a "revolução contra a ordem", comete um grande equívoco e caminha irremediavelmente para a social-democratização à *la latino-americana*...

Como citar:

CHASIN, J. et al. Constituinte e revolução: entrevista com Florestan Fernandes. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 2, pp. 444-481, 2025.